



Teresa Patrício Gouveia

(texto)

O sistema educativo português tem sido, nos últimos anos, persistentemente classificado nas tabelas internacionais em lugares elevados quanto a investimento per capita e nos lugares inferiores quanto a resultados obtidos (24º lugar em conhecimento da língua materna; 25º em matemática e 27º em ciências - de entre os 29 países da OCDE).

Os problemas não parecem residir, pois, na falta de recursos financeiros, mas antes em dificuldades de organização. O diagnóstico dos pontos críticos está, aliás, mais do que feito. Citemos alguns deles: monolitismo sistémico, centralismo, falta de autonomia das escolas na sua própria gestão, na selecção de professores e de alunos, escassa participação e margem de escolha das famílias, falta de estabilidade dos programas e de corpos docentes, experimentação pedagógica permanente e generalizada a todo o sistema, etc.

Parece-me que a incapacidade de resolver estes bloqueios é, por um lado, de raiz cultural – um preconceito ideológico igualitarista que leva a desconfiar de uma desejável diferenciação de modelos ou à recusa de avaliação por mérito, por exemplo. Por outro lado, uma dificuldade de natureza metodológica: a tentação utópica da regeneração radical do sistema. Ela tem conduzido inevitavelmente ao fracasso e a um grande cansaço público perante os sucessivos ensaios e os resultados conhecidos.